

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO
PAULO
CAMPUS HORTOLÂNDIA

MILENA REGINA MACEDO DE SOUSA

**O GÊNERO GRAMATICAL E A LINGUAGEM NEUTRA: ENTRE
GRAMÁTICOS E LINGUISTAS**

HORTOLÂNDIA

2023

MILENA REGINA MACEDO DE SOUSA

**O GÊNERO GRAMATICAL E A LINGUAGEM NEUTRA: ENTRE
GRAMÁTICOS E LINGUISTAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do certificado de Especialização em Ensino de Línguas e Literaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Hortolândia.

Professor Orientador: Dr. Gabriel Leopoldino dos Santos

Hortolândia

2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca IFSP – Campus Hortolândia
Saulo Campos Oliveira
CRB8º/8020

Sousa, Milena Regina Macedo de.

O gênero gramatical e a linguagem neutra / Milena Regina Macedo de Sousa. – 2024.

44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Especialização em Ensino de Línguas e Literaturas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Hortolândia, SP, 2024 .

Orientador(a): Gabriel Leopoldino dos Santos.

1. Gênero gramatical. 2. Linguagem neutra. 3. Sexismo linguístico. 4. Linguagem inclusiva. 5. Linguagem e identidade. I. Orientador(a) Gabriel Leopoldino dos Santos. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. III. Título.

MILENA REGINA MACEDO DE SOUSA

**O GÊNERO GRAMATICAL E A LINGUAGEM NEUTRA: ENTRE
GRAMÁTICOS E LINGUISTAS**

Trabalho aprovado pela banca examinadora em 19 de dezembro de 2024. As assinaturas estão na ata de defesa da monografia, a qual se encontra arquivada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

BANCA EXAMINADORA

Dra. Graziela Rocha Reghini Ramos (examinadora interna)

Dr. José Edicarlos de Aquino (examinador externo)

Dr. Gabriel Leopoldino dos Santos (orientador)

*Para todos os estudiosos apaixonados pela
linguagem nas suas mais genuínas e variadas
formas de expressão.*

AGRADECIMENTOS

Mesmo antes do lançamento do edital de seleção deste curso, eu já o aguardava ansiosamente, pois lendo a sua ementa era possível perceber o quanto seria maravilhoso revisitar temas que norteiam uma área que é tão fascinante para mim: a Linguagem. E por isso, nada mais justo começar agradecendo ao Instituto Federal, Campus Hortolândia, que por meio dos seus professores, idealizou e ofereceu um curso com tamanha maestria.

Agradeço também aos meus pais Maria do Carmo e Valdir, ao meu querido esposo Misael e aos meus filhos Maria Luiza e Mateus, que embora tenham sentido as minhas ausências, sempre me apoiaram para que eu pudesse seguir em frente apesar de todos os obstáculos que apareceram durante a realização deste curso.

E por fim, agradeço imensamente ao meu orientador, professor Dr. Gabriel Leopoldino dos Santos, pois sem dúvidas, sem a ajuda dele, certamente não teria conseguido concluir essa especialização.

[...] é no léxico que a violência discursiva no campo dos gêneros se exerce mais pesadamente e é nesse espaço, em consequência, que a luta é mais relevante e mais claramente fundamentada em fatos.

Sírio Possenti

RESUMO

Esta monografia objetiva apresentar como gramáticos e linguistas discorrem sobre o gênero gramatical do português e como cada ponto de vista pode encaminhar o debate sobre a questão da utilização da linguagem neutra. Por conta disso, examinaremos as descrições gramaticais feitas por Azeredo (2014), em sua *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, e Cunha & Cintra (2017), em sua *Nova gramática do português contemporâneo*. Neste trabalho, esses autores são representantes do ponto de vista gramatical. De forma a se traçar um comparativo com a outra vertente dos estudos da linguagem, no caso os linguistas, decidiu-se trabalhar com as ideias do eminente linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr. (2004) e com as ideias da linguista argentina María Marta García Negroni (2023). A partir das análises realizadas, foi possível concluir que a questão do gênero gramatical e sua relação com a linguagem neutra ou inclusiva reflete uma tensão entre a estrutura normativa das línguas românicas, que tradicionalmente funciona numa oposição binária entre masculino e feminino, e certas práticas linguísticas contemporâneas que visam adequar a língua às pautas sociais relacionadas à diversidade sexual. Observou-se que o gênero gramatical, por seu caráter formal e estrutural, nem sempre corresponde a critérios lógicos, como o sexo biológico ou a identidade de gênero, sendo muitas vezes arbitrário e condicionado pela prática cotidiana dos falantes. Além disso, propostas como a do desdobramento lexical e a do uso de desinências como "-e" para indicar neutralidade ou inclusão desafiam a gramática normativa, mas demonstram, ao mesmo tempo, um possível de língua, no sentido de que a mutabilidade linguística pode ocorrer porque não há nada na língua que não seja convencional.

Palavras-chave: gênero gramatical; linguagem neutra; sexismo linguístico; linguagem inclusiva

ABSTRACT

This monograph aims to present how grammarians and linguists discuss the grammatical gender of Portuguese and how each perspective can guide the debate on the use of neutral language. To this end, we will examine the grammatical descriptions provided by Azeredo (2014), in his *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, and by Cunha & Cintra (2017), in their *Nova gramática do português contemporâneo*. In this study, these authors represent the grammatical perspective. To draw a comparison with another branch of language studies, namely linguistics, we decided to work with the ideas of the eminent Brazilian linguist Joaquim Mattoso Câmara Jr. (2004) and the Argentine linguist María Marta García Negroni (2023). Based on the analyses conducted, it was possible to conclude that the issue of grammatical gender and its relationship with neutral or inclusive language reflects a tension between the normative structure of Romance languages, which traditionally operates on a binary opposition between masculine and feminine, and certain contemporary linguistic practices aimed at adapting the language to social agendas related to sexual diversity. It was observed that grammatical gender, due to its formal and structural nature, does not always correspond to logical criteria, such as biological sex or gender identity, and is often arbitrary and conditioned by the speakers' everyday practices. Furthermore, proposals such as lexical disambiguation and the use of suffixes like "-e" to indicate neutrality or inclusion challenge normative grammar while simultaneously demonstrating the potential for linguistic change, as linguistic mutability occurs because there is nothing in language that is not conventional.

Keywords: grammatical gender; neutral language; linguistic sexism; inclusive language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
LINGUAGEM NEUTRA E LINGUAGEM INCLUSIVA: QUAL A DIFERENÇA?	14
O GÊNERO GRAMATICAL E A QUESTÃO DA LINGUAGEM NEUTRA: A VISÃO DOS GRAMÁTICOS	18
O GÊNERO GRAMATICAL E A QUESTÃO DA LINGUAGEM NEUTRA: A VISÃO DOS LINGUISTAS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

A linguagem é um dos elementos centrais na construção e reprodução das relações sociais. Nas condições sócio-históricas em que vivemos, em que pautas sobre diversidade, inclusão e direitos humanos ganham cada vez mais visibilidade, a língua tem sido desafiada a refletir sobre essas transformações. Entre as demandas emergentes, destaca-se o debate sobre a chamada linguagem neutra, que propõe repensar os modos de expressão tradicionais para incluir, no nível linguístico, indivíduos que não se identificam com gênero binário (masculino ou feminino).

Este debate, que se insere no cruzamento entre linguística, sociologia e filosofia da linguagem, divide opiniões entre especialistas e o público em geral. Por um lado, defensores da linguagem neutra afirmam que sua adoção contribuiria para a construção de uma sociedade mais equitativa, ao reconhecer identidades diversas e evitar exclusões linguísticas. Por outro, críticos apontam desafios estruturais e argumentam que a língua já oferece mecanismos suficientes para lidar com a neutralidade, como o uso do masculino genérico, amplamente aceito na norma padrão.

A polarização desse debate ressalta a importância de uma análise científica que vá além do senso comum. Essa necessidade se torna ainda mais evidente quando observamos que tanto gramáticos quanto linguistas têm abordagens distintas sobre o tema. Enquanto os gramáticos tendem a se pautar pela prescrição e pela norma, os linguistas geralmente adotam uma postura descritiva, voltada para a observação do funcionamento da língua.

Diante desse cenário, a presente monografia tem como objetivo principal analisar como gramáticos e linguistas abordam a questão do gênero gramatical e qual espaço uma reflexão sobre a linguagem neutra ou inclusiva cabe nessas abordagens.

A escolha deste tema se justifica por sua relevância social, acadêmica e cultural. No campo social, as discussões sobre linguagem neutra, bem como sobre o sexismo na linguagem, tocam em questões de identidade, direitos e inclusão, refletindo os desafios de uma sociedade que busca abarcar sua crescente diversidade. No âmbito acadêmico, a análise deste fenômeno exige o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, como a da linguística descritiva, a dos estudos enunciativos e a da análise de discurso, apenas para citar algumas. Culturalmente, dado o funcionamento da linguagem, o estudo da chamada linguagem neutra ou inclusiva nos permite

compreender os movimentos da história que se marcam por meio das relações entre os falantes e a língua que falam.

Metodologicamente, este trabalho segue uma abordagem bibliográfica. Primeiramente, apresentaremos uma discussão sobre a diferença conceitual entre a linguagem *neutra* e a linguagem *inclusiva*. Em seguida, analisaremos a compreensão de *gênero* para a gramática normativa, conforme descrito por Celso Cunha & Lindley Cintra e José Carlos de Azeredo. Esses gramáticos foram escolhidos, de acordo com os seguintes critérios: a) Cunha & Cintra não nomes sobejamente conhecidos nos estudos gramaticais da língua portuguesa e são referências em muitos manuais de ensino da língua; b) Azeredo apresenta uma discussão acerca do gênero gramatical, que dificilmente encontramos em outras gramáticas.

O outro momento do trabalho de análise será quando discutirmos sobre as contribuições de Joaquim Mattoso Câmara Jr., considerado um dos pioneiros da linguística no Brasil, cuja abordagem descritiva problematiza as limitações das gramáticas normativas, e da linguista María Marta García Negroni, a qual adota uma perspectiva enunciativa para desenvolver seus estudos linguísticos. Esses linguistas foram escolhidos de acordo com os seguintes critérios: a) Câmara Jr. é autor de “Considerações sobre o gênero em português”, o qual representa um importante estudo linguístico sobre o gênero gramatical; b) García Negroni é uma eminente pesquisadora argentina que possui trabalhos específicos sobre o sexismo na linguagem.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo elucida as diferenças entre o que se denomina como linguagem neutra e linguagem inclusiva. No segundo capítulo se examina as gramáticas normativas de Celso Cunha & Lindley Cintra e de José Carlos de Azeredo, discutindo suas definições de substantivo e as regras de flexão de gênero, bem como seus exemplos e limitações no contexto da linguagem neutra. Em seguida, o terceiro capítulo aborda os estudos linguísticos de Joaquim Mattoso Câmara, destacando sua análise sobre a flexão de gênero e suas implicações no uso real da língua pelos falantes. Aborda, ainda, a apresentação da perspectiva da linguista argentina María Marta García Negroni, objeto de nosso estudo.

Esperamos que a articulação dessas três perspectivas permita uma análise crítica do fenômeno. Mais do que oferecer respostas definitivas, as reflexões que apresentamos buscam lançar luz sobre os desafios e possibilidades colocadas à língua em um momento de transformações sociais. Não se trata, é preciso dizer, de um trabalho de militância - que é importante, reconhecemos -, mas sim de um trabalho que coloca

em jogo uma complexidade teórico-conceitual que não se resolve facilmente, ainda mais quando se adota um ponto de vista intransigente, que poderia se resumir, na linguagem do senso comum, num “oito ou oitenta”.

Por fim, cabe ressaltar que a análise proposta adota um recorte semântico e enunciativo, reconhecendo a impossibilidade de abarcar todas as dimensões do tema. Assim, a presente monografia objetiva contribuir para o debate acadêmico e social sobre a relação entre língua, identidade e inclusão, destacando o papel central que a linguagem desempenha na construção de sentidos e na organização da vida coletiva.

LINGUAGEM NEUTRA E LINGUAGEM INCLUSIVA: QUAL A DIFERENÇA?

Antes de avançarmos para os apontamentos dos gramáticos e dos linguistas acerca da complexidade envolvida em torno da questão do gênero em português, faz-se necessário diferenciar as categorias *linguagem neutra* e *linguagem inclusiva*, pois é comum encontrarmos essas duas formas sendo utilizadas em vários acontecimentos enunciativos, algumas vezes como formas sinônimas, outras como possuindo diferenças conceituais. Apesar de nosso esforço aqui de definir, para fins metodológicos, os contornos de cada categoria, é importante ressaltar que, por serem ideias socialmente em construção e em processo de amadurecimento, cada uma delas pode apresentar a sua particularidade em relação à intencionalidade dos falantes.

De acordo com o *Manual para o uso de linguagem neutra da língua portuguesa*:

A linguagem neutra visa se comunicar de maneira a não demarcar gênero no discurso linguístico, a fim de incluir todos os indivíduos. Aplica-se a pessoas não-binárias, bebês intersexo, ao nos referirmos a um grupo de pessoas com mais de um gênero ou quando não sabemos quais pronomes usar com determinada(s) pessoa(s). (Cae, 2020, p.6)

Nessa perspectiva, as classes de palavras que variam em gênero gramatical não se limitariam em indicar apenas o feminino ou o masculino, mas sim incluiriam todas as pessoas a partir da não utilização da marcação de um gênero específico nas enunciações escritas ou faladas, já que a flexão dos substantivos, adjetivos e pronomes ocorreria por meio de desinências - imaginariamente, diremos - neutras.

Nessa perspectiva, “umas das maneiras de se buscar uma comunicação ‘mais’ neutra era a substituição das letras *a* e *o*, marcadores de gênero, pela letra *x* ou pelo símbolo @” (Menezes, 2023). Porém, o emprego dessas duas formas apresenta problemas, uma vez que, aplicadas às palavras, as tornam impronunciáveis e muitas vezes incompreensíveis aos falantes, sobretudo àqueles que têm algum tipo de deficiência física ou intelectual, dificultando assim a comunicação.

Atualmente tem se adotado uma forma menos complexa, seja na leitura, na escrita, na fala, que é o emprego da desinência *-e* no final das palavras - palavras do reino animal, dirão alguns gramáticos - que possuem flexão de gênero, como “filho -

filhe”; “esposo - esposa”; amigo - amigue”¹.

Assim como a linguagem neutra, a linguagem dita inclusiva visa não demarcar o binarismo de gênero (feminino/masculino), mas “ao invés de flexionar os adjetivos, pronomes e outros, dedica-se em alterar ou reformular frases, de modo que os termos utilizados não se refiram a nenhum gênero” (Caê, p.6, 2020).

Nessa tendência, a intencionalidade do falante está em deixar claro não apenas a indicação de um gênero ou outro, mas também a não “superioridade” de um em relação ao outro, contestando o sexismo que igualmente é identificado na linguagem em suas mais corriqueiras formas de expressão. Por isso, é cada vez mais comum nos depararmos com enunciados que apresentam traços supostamente mais inclusivos, como o que se observa na utilização de “*Boa tarde, pessoal*” ou “*Boa tarde a todas e a todos*”, em substituição a “*Boa tarde a todos*”.

Podemos dizer, então, que *linguagem neutra* e a *linguagem inclusiva*, nos campos em que essas nomeações aparecem, são propostas linguísticas distintas, embora ambas estejam voltadas para questões de representatividade e diversidade. A linguagem neutra busca eliminar ou minimizar o uso de marcas de gênero gramatical, especialmente aquelas que reforçam uma visão binária, propondo alternativas, como o uso de desinências neutras (“amigue” em vez de “amigo” ou “amiga”, como vimos). Por outro lado, a linguagem inclusiva visa garantir a visibilidade e a inclusão de todos os gêneros, frequentemente recorrendo ao desdobramento lexical - conceito este que veremos aparecer nas análises - ou ao uso de termos abrangentes e universais (“pessoas” em vez de “homens” para designar um grupo misto). Assim, no imaginário de certos falantes, enquanto a linguagem neutra desafia a estrutura normativa binária das línguas e explora formas de expressão mais abrangentes, a linguagem inclusiva preocupa-se em ampliar a representatividade sem necessariamente modificar as convenções gramaticais existentes.

Apesar de essas duas nomeações serem aceitas com relativa facilidade por certos grupos de falantes - mesmo que, com certa frequência, sejam tomadas numa relação de sinonímia -, gostaríamos, neste momento, de colocar em suspensão o efeito de evidência que elas carregam.

Aprendemos com a semântica do acontecimento e com a análise de discurso, duas disciplinas materialistas das ciências da linguagem, que, em matéria de linguagem, a transparência é apenas um dos efeitos do funcionamento ideológico. Assim, a

¹ Exemplos extraídos do *Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa*.

neutralidade também poderia ser pensada como um efeito do funcionamento ideológico na linguagem, o que nos permitiria dizer que, apenas imaginariamente, a linguagem seria “neutra”. É parte do pilar teórico de ambas as disciplinas o questionamento da concepção idealista da linguagem, para a qual ela (a linguagem) seria transparente (e neutra, acrescentaríamos).

Os trabalhos produzidos no interior de semânticas materialistas lidam com a opacidade característica da materialidade linguística (sua espessura semântica). Essa opacidade diz respeito ao fato de que a exterioridade é constitutiva da linguagem, o que quer dizer que ela só funciona porque a história, o social, o político e o ideológico a atravessam. Nesse dispositivo teórico-epistemológico, a linguagem não é nunca neutra, já que ela é (desigualmente) cindida, constituindo-se em um campo onde os sentidos encontram-se em disputa.

Cabe-nos, também, perguntar se a linguagem tem essa potência de incluir todos os falantes em seu funcionamento enunciativo. Qualquer estudo de semântica do acontecimento ou de análise de discurso mostrará que, devido ao fato de o político ser constitutivo da materialidade linguística, não há a possibilidade de inclusão, em seu funcionamento semântico, de todos os falantes. Além disso, o que vemos nas proposições que definem o que seria uma “linguagem inclusiva” é o apagamento do social e do histórico, que são instâncias simbólicas que dividem desigualmente o acesso à palavra. Isso é constitutivo e incontornável.

De nosso ponto de vista, falar em “linguagem neutra” e em “linguagem inclusiva” reforça o imaginário de que, no social, na história e no político, todos os falantes seriam iguais, quando o que ocorre, na verdade, é uma relação de dominação/hegemonia entre quem detém a palavra e quem não a detém, uma vez que o acesso a ela é desigual. Os lugares sociais que se ocupam para enunciar não são nunca simétricos (cf. Guimarães, 2002). Então, o que essas nomeações “linguagem neutra” e “linguagem inclusiva” fazem é contribuir para um apagamento das disputas dos e pelos sentidos, as quais são marcas do funcionamento do social e do político na linguagem.

Para nós, uma reflexão central passa por perguntas, como: a língua é, ela mesma, racista, sexista, misógina, xenofóbica etc.? Se um falante deixa de dizer X e passa a dizer Y, como propõem os adeptos da “linguagem inclusiva”, ele deixa, necessariamente (e automaticamente) de ser racista, sexista, misógino, xenófobo etc.? O problema está na sociedade ou na língua? Há um recobrimento do mundo pela língua? Sobre esta última questão, Bréal nos dá uma resposta que nos parece norteadora da reflexão. Diz o

autor que “não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato” (Bréal, 2008, p. 123).

O GÊNERO GRAMATICAL E A QUESTÃO DA LINGUAGEM NEUTRA: A VISÃO DOS GRAMÁTICOS

A questão da linguagem neutra tem sido objeto de intenso debate nos últimos anos, tanto na sociedade quanto nos estudos linguísticos. Essa proposta visa tornar a comunicação mais inclusiva ao evitar a predominância de termos associados à dicotomia de gênero masculino/feminino. Para analisar a problemática, é fundamental compreender como os gramáticos descrevem a flexão de gênero na língua portuguesa e até que ponto os fundamentos gramaticais dialogam ou conflitam com as propostas de neutralidade.

Neste capítulo, serão exploradas as reflexões dos gramáticos Celso Cunha & Lindley Cintra, em sua *Nova gramática do português contemporâneo*, e de José Carlos de Azeredo, em sua *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, sobre a flexão de gênero nos substantivos, com enfoque na norma culta da língua portuguesa. A análise será complementada por uma reflexão sobre a formação dos substantivos e como essa estrutura linguística molda a percepção de gênero nos enunciados.

Para sermos objetivos com as nossas análises, nos ateremos à classe gramatical do substantivo, que, de acordo com Cunha & Cintra, “é a palavra que designamos ou nomeamos os seres em geral” (Cunha; Cintra, 2017, p. 191). A partir dessa definição, os substantivos são classificados, segundo o funcionamento designativo que apresentam, em concretos, abstratos, próprios, comuns, coletivos, simples e compostos. Segundo esses gramáticos, os substantivos se flexionam, ainda, em número - no singular e plural -, em gênero - no masculino e feminino - e em grau (Cunha; Cintra, 2017, p. 194). Daremos enfoque apenas à flexão de gênero, já que se refere ao objeto de estudo do trabalho em questão.

Os gramáticos são enfáticos ao definir que “há dois gêneros em português: o masculino e o feminino” . Dizem, ademais, que “o masculino é o termo não marcado; o feminino o termo marcado” (Cunha; Cintra, 2017, p. 202). A primeira possibilidade de determinar se um substantivo pertence ao gênero masculino ou ao feminino é pela anteposição do artigo *o* ou *a*. Assim, “o aluno” e “o poema” são substantivos masculinos, enquanto “a casa” e “a mão” são femininos.

O parágrafo acima é o início de uma reflexão, no âmbito gramatical, que se propõe a observar, especificamente, a língua (e não outra coisa, como a sociedade), num

duplo movimento de descrição e prescrição de normas (cf. Auroux, 2009). Se observarmos do ponto de vista da descrição, o que Cunha e Cintra fazem é destituir das palavras um conteúdo que lhes seria “essencial”. Na oposição entre a desinência -o e a desinência -a, o masculino gramatical seria o “termo não marcado”, enquanto o feminino gramatical seria o “termo marcado”. Ademais, deslocam para os artigos a determinação do gênero gramatical dos substantivos.

De acordo com Cunha e Cintra, “o gênero de um substantivo não se conhece, de regra, nem pela sua significação, nem pela sua terminação”. Essa proposição nos indica que a única maneira de identificarmos o gênero de um substantivo é, como mostrado no parágrafo anterior, pela determinação do artigo que o acompanha. Mais uma vez, não há nada na palavra, nela mesma, que seja possível dizer que ela tenha de ser masculina ou feminina. Não há, assim, uma natureza essencial das palavras da língua.

É interessante, no entanto, observar como, apesar do reconhecimento de que não se conhece um substantivo nem pela sua significação, nem pela sua terminação, os autores apresentam um conjunto de substantivos que, “para facilidade de aprendizado” (Cunha; Cintra, 2017, p. 203), são categorizados em, por exemplo, “nomes de homens ou de funções por eles exercidas” e “nomes de mulheres ou de funções por elas exercidas”. Como exemplos da primeira categoria, citam “João, mestre, padre, rei”; como exemplos da segunda, citam “Maria, professora, freira, rainha”.

O trecho em análise suscita reflexões importantes sobre os fundamentos e as contradições presentes na abordagem de Cunha e Cintra quanto à identificação do gênero gramatical dos substantivos da língua portuguesa. A proposta inicial dos autores de que o gênero não é determinado pela significação ou pela terminação e sim pelo artigo que acompanha o substantivo parece, à primeira vista, privilegiar uma descrição não essencialista do fenômeno linguístico. No entanto, a subsequente categorização dos substantivos em grupos como “nomes de homens ou de funções por eles exercidas” e “nomes de mulheres ou de funções por elas exercidas” revela tensões entre a perspectiva descritiva e o peso das construções socioculturais que permeiam o sistema gramatical.

Primeiramente, é importante destacar que a categorização sugerida pelos autores, ainda que declarada como uma estratégia para “facilidade de aprendizado”, reafirma uma visão normativa da língua que associa gênero gramatical ao gênero social e às funções tradicionalmente desempenhadas por homens e mulheres. Exemplos como “mestre” e “professora”, ou “padre” e “freira”, refletem papéis de gênero construídos

culturalmente e, portanto, reproduzem uma visão binária que limita as possibilidades de análise crítica e reflexiva sobre o uso da língua.

Além disso, a aparente contradição entre a afirmação de que o gênero não se identifica pela significação e a subsequente categorização dos substantivos com base em significados que remetem a um certo imaginário de funções sociais exercidas por homens e mulheres evidencia como a gramática normativa, para além de uma pretensa descrição objetiva das regras do bem falar e do bem escrever, reforça sentidos hegemônicos que sustentam o discurso do binarismo e o *status quo* de uma formação social conservadora e patriarcal.

Outra regra que também é descrita por Cunha & Cintra se refere às terminações das palavras. Segundo os gramáticos, as palavras que terminam em *-o* átono são masculinas, como “o aluno, o livro, o lobo, o banco”. Da mesma forma, as palavras terminadas em *-a* átono são femininas, como a aluna, a caneta, a loba, a mesa. Tratam, ainda, de outros exemplos de substantivos que, quando terminados em *-ão*, caso pertençam à categoria dos concretos, são do gênero masculino, e caso pertençam à dos abstratos, ao gênero feminino: “o agrião, o algodão, a educação, a opinião, o balcão, o feijão, a produção, a recordação” (Cunha; Cintra, 2017, p. 204).

Nessa explicação, os gramáticos olham para o funcionamento desinencial dos substantivos a partir de critérios eminentemente linguísticos, como é o caso do recurso à fonética para determinação do gênero gramatical. Novamente, vemos que a língua é descrita a partir de questões que não são exteriores a ela, como seria a questão do gênero biológico. Isso nos mostra que os critérios adotados pelos gramáticos para a determinação do gênero gramatical nos substantivos estão fundamentados em propriedades intrínsecas à própria estrutura da língua. Em certo sentido, o que os gramáticos nos ensinam é que a estrutura da língua possui um funcionamento autônomo - ainda que relativo (cf. Pêcheux, 2009) - com relação à sociedade.

É interessante observar como o gesto dos gramáticos vai na direção de mostrar que todos os substantivos, animados ou inanimados, concretos ou abstratos, são classificados em um gênero gramatical. Isso aponta para a questão de que um determinado fato de linguagem, como o do gênero gramatical, deve ser coextensivo a toda a língua, e não a apenas um grupo muito particularizado, como os dos substantivos que designam seres humanos.

Para os autores que estamos analisando, “os substantivos terminados em *-e* [...] são geralmente uniformes”. E dizem ainda: “Essa igualdade formal para os gêneros é,

como veremos adiante, quase que absoluta nos finalizados em *-nte* [...]. Há, porém, um pequeno número que, à semelhança da substituição *-o* (masculino) por *-a* (feminino), troca o *-e* por *-a*” (Cunha; Cintra, 2017, p. 208). Como se observa, os gramáticos olham para a “igualdade formal para os gêneros” e não para a estrutura social, a qual define os papéis a serem ocupados (desigualmente) por homens e mulheres. A estrutura da língua não é um reflexo da sociedade, uma vez que seu funcionamento, conforme já dissemos, possui relativa autonomia.

O estudo dos substantivos epícenos, sobrecomuns e comuns de dois gêneros contribui significativamente para essa análise ao evidenciar os limites e as contradições das tentativas de categorização normativa e estável da língua. Esses tipos de substantivos desafiam a lógica binária e rígida frequentemente aplicada na gramática tradicional, pois expõem a complexidade e as ambiguidades inerentes ao gênero gramatical. Como exemplos de substantivos *epícenos*, podemos citar “a mosca”, “o crocodilo”, uma vez que “possuem um só gênero gramatical para designar um e outro sexo” (Cunha; Cintra, 2017, p. 209). Já os substantivos *sobrecomuns* podem ser exemplificados por “o cônjuge”, “a criança”, pois esses substantivos “têm um só gênero gramatical para designar *pessoas* de ambos os sexos” (Cunha; Cintra, 2017, p. 209). Finalmente, para exemplificar os substantivos *comuns de dois gêneros*, podemos citar “o artista/a artista” e “o jovem/a jovem” (Cunha; Cintra, 2017, p. 209).

José Carlos de Azeredo, em sua *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, apresenta uma definição de substantivo baseada em quatro eixos, reconhecendo nuances que vão além da descrição de Cunha e Cintra. Dois desses eixos nos interessam aqui. Segundo o autor, o substantivo “a) dá nome às parcelas de nosso conhecimento representadas como seres” e “c) tem gênero próprio (masculino ou feminino) e varia em número (singular ou plural)” (Azeredo, 2014, p. 155). Chamamos a atenção para o fato de que, para Azeredo, o gênero é algo que seria próprio do substantivo e não uma variação. Adiante, veremos por que essa consideração é importante.

No seu estudo sobre o *substantivo*, há uma seção de exposição intitulada “a categoria gramatical de gênero”. Dessa seção, destacamos:

[...] A verdade, porém, é que todo e qualquer substantivo pertence a um gênero, e não apenas os que denotam seres animados. O excesso de importância tradicionalmente concedida a essa subclasse se explica pela confusão que se fez entre gênero - que é uma categoria linguística - e a noção biológica, portanto extralinguística, de sexo. Este equívoco já estava resolvido desde os trabalhos pioneiros de Manuel Said Ali

(1861-1953), mas ainda resta uma certa confusão em obras recentes destinadas ao ensino médio. (Azeredo, 2014, p. 158)

O trecho de Azeredo, como se observa, oferece uma reflexão importante sobre a relação entre a categoria linguística de gênero e a noção biológica de sexo, destacando um equívoco, já resolvido na história da descrição gramatical do português por Said Ali, e ainda perpetuado em obras didáticas. Azeredo enfatiza que o gênero gramatical é uma categoria intrínseca ao funcionamento da língua e aplica-se a todos os substantivos, independentemente de designarem seres animados ou inanimados. Esse ponto é fundamental para desnaturalizar a associação entre gênero e sexo, uma vez que mostra que a atribuição de gênero gramatical não é motivada por fatores extralinguísticos, mas por convenções linguísticas que variam de língua para língua.

O excerto nos possibilita compreender, também, como a tradição gramatical hegemônica, mesmo que contenha contradições muitas vezes, insiste em desnaturalizar a relação entre gênero gramatical e gênero biológico/sexual. É preciso reconhecer que existe um esforço dos gramáticos em separarem duas realidades distintas, ao dizerem que o gênero gramatical não diz respeito a sexo de nada nem de ninguém.

Ainda nos diz o autor:

Noutras palavras, o gênero é um traço inerente à classe dos substantivos, uma característica quase sempre convencional, razão por que vem obrigatoriamente informada nos dicionários. Não é por outra razão que mesmo falantes nativos de português têm dúvidas sobre o gênero que nos dicionários se atribui a alguns substantivos, como *cal*, *personagem* e *diabetes*. (Azeredo, 2014, p. 158)

No fragmento acima, um elemento importante aparece na caracterização do gênero linguístico, que é a convenção. Tal elemento desnaturaliza o conceito de *gênero*, que muitas vezes é tratado como uma característica natural ou evidente da língua. Nessa perspectiva, os gêneros dos substantivos seriam uma informação obrigatória nos dicionários porque a convenção coloca em perspectiva o caráter coletivo e histórico da construção de uma língua.

A seção “Conceito de gênero” representa uma diferença marcada com a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha & Cintra. Dessa seção, selecionamos:

Gênero é uma propriedade gramatical inerente aos substantivos e que

serve para distribuí-los em dois grandes grupos: nomes masculinos [...] e nomes femininos [...]. Todo substantivo pertence, portanto, a um gênero, que ordinariamente vem indicado nos dicionários.

O gênero é, de modo geral, uma característica convencional dos substantivos historicamente fixada pelo uso. Isto explica por que alguns substantivos mudaram de gênero ao longo do tempo [...] ou apresentam gêneros diferentes conforme a variedade [...]. (Azeredo, 2014, p. 158)

O trecho de Azeredo, como se vê, inscreve-se num ponto de vista mais linguístico que propriamente gramatical. Aprendemos com Michel Bréal e Ferdinand de Saussure acerca do caráter histórico e convencional da língua, e isso se mostra nessa discussão sobre gênero gramatical, destacando-o como uma propriedade inerente à classe dos substantivos. Alinhado às questões linguísticas, ele também enfatiza - porque é convencional - sua [do gênero gramatical] possibilidade de mudança ao longo do tempo e sua variação entre diferentes variedades linguísticas.

Azeredo descreve, ainda, o gênero como uma propriedade que organiza os substantivos em dois grandes grupos (masculino e feminino), reafirmando que todo substantivo pertence a um desses gêneros. Essa afirmação reforça o aspecto estrutural do sistema gramatical, no qual o gênero é indispensável para estabelecer concordância e coerência sintática. Entretanto, ao atribuir essa característica ao uso histórico, o autor sugere que a distribuição de gênero não é fixa ou natural, mas antes uma convenção estabelecida ao longo do tempo.

A menção a substantivos que mudaram de gênero ao longo do tempo ou que apresentam variações conforme a variedade linguística é interessante porque isso evidencia um ponto de vista não essencialista de abordagem do gênero gramatical. Com isso, essa visão não essencialista coloca em xeque a ideia de que o gênero gramatical é uma propriedade fixa e imutável. Ao contrário disso, ele se mostra como um campo de disputas simbólicas, em que as mudanças dizem respeito às transformações operadas pelas práticas linguísticas cotidianas dos falantes. Isso também problematiza a rigidez com que o gênero é tratado em materiais didáticos e normativos, muitas vezes desconsiderando sua dimensão histórica e convencional.

Continua o autor:

O masculino é o membro não marcado [...] - isto é, inespecífico - da oposição. Por isso, ele é o escolhido para designar a classe ou a espécie em sentido amplo [...]. Também por ser o membro não marcado, é a forma masculina do adjetivo a que se usa quando não há

referência clara a um substantivo [...]. Também por isso empregam-se como masculinos os vocábulos que servem para substantivação a conceitos diversos [...]. (Azeredo, 2014, p. 159)

Nas ideias linguísticas, a ideia de "não marcado" refere-se à forma que é mais genérica, neutra ou abrangente num par opositivo. Azeredo explica que o masculino, por essa razão, é usado para designar classes amplas, como em "os alunos" para referir-se a grupos compostos por homens e mulheres. Isso ilustra a função econômica do masculino na gramática, permitindo a generalização sem necessidade de especificação.

Essa característica não é exclusiva do português, mas está presente em diversas línguas, nas quais um dos membros da oposição de gênero funciona como padrão neutro. No entanto, esse padrão linguístico é frequentemente interpretado, fora do domínio dos estudos linguísticos, como pertencendo a uma visão de mundo em que o masculino ocupa uma posição central ou privilegiada.

A seção intitulada "Convenção e motivação" inicia-se como um resumo das ideias que o autor vai desenvolvendo acerca do gênero gramatical. Diz Azeredo:

Resumindo esta introdução ao estudo do gênero como categoria gramatical em português, acreditamos que a distribuição dos substantivos nos dois grupos - nomes masculinos e nomes femininos - obedeça a três grandes ordens de fundamento: a) gênero por convenção, b) gênero por referência e c) gênero por elipse. (Azeredo, 2014, p. 159)

Não nos interessa, neste texto, discorrer acerca da especificidade de cada uma dessas três grandes ordens de fundamento nas quais se organiza o estudo do gênero como categoria gramatical em português. Interessa-nos, por exemplo, observar que, na ordem "gênero por convenção", a questão do uso linguístico aparece quando o autor define que essa ordem "diz respeito aos nomes de seres inanimados [...] e a muitos nomes de seres animados cujo gênero é imanente e consolidado pelo uso" (Azeredo, 2014, p. 159).

A questão do uso linguístico, tal como se observa acima, é algo que aparece nas reflexões sobre a linguagem desde o século XIX (cf. Bréal, 2008). Aqui, temos mais um ponto em que a perspectiva gramatical de Azeredo distancia-se da de Cunha & Cintra, uma vez que o uso linguístico encaminha a reflexão para uma compreensão menos dogmática, menos essencialista e mais histórica, colocando os falantes em cena

(tendo em vista que não há uso sem falantes).

O papel do falante aparece também numa outra grande ordem de fundamento, nas palavras de Azeredo, que é quando ele trata do “gênero por referência”. Para o gramático, esse “gênero por referência” é “o fundamento da atribuição de gênero aos nomes de seres animados sempre que a língua oferece ao falante palavras de gênero diverso para nomear o macho e a fêmea da espécie” (Azeredo, 2014, p. 160). Haveria aí uma motivação referencial, uma escolha pelos falantes entre formas linguísticas dadas pela língua para designar o macho e a fêmea de uma espécie, como *carneiro* e *ovelha*. É preciso esclarecer que nossa interpretação não envolve uma concepção de “escolha” enquanto uma questão individual, consciente de um falante. Interpretamos aqui a escolha que os falantes fazem enquanto uma ação da coletividade, nos moldes do que Michel Bréal (2008) já nos havia ensinado há muito tempo.

Diante do que apresentamos, podemos pensar o seguinte:

- a) Azeredo sublinha que o gênero gramatical é historicamente fixado pelo uso e, portanto, sujeito a mudanças ao longo do tempo. Isso implica que, da mesma forma que substantivos como *a laranja* ou *o grama* mudaram de gênero, o sistema pode continuar se transformando. Essa perspectiva desconstrói argumentos que tratam o gênero como uma estrutura fixa e imutável, permitindo considerar propostas de inclusão de formas neutras, como *alune* ou *menine*, como parte de um processo histórico em andamento.
- b) Ao mesmo tempo que pode mudar, o sistema pode permanecer o mesmo se a coletividade dos falantes assim “desejar”. Por ser fixado pelo uso e não possuir um caráter de essencialidade com relação à língua, o sistema de designação dos gêneros gramaticais pode permanecer como está e, ainda assim, comportar uma reflexão sobre linguagem neutra sem que mudanças nas formas linguísticas ocorram.
- c) Ao reconhecer variações e mudanças no gênero gramatical, Azeredo sugere que a gramática é resultado de negociações históricas e não um sistema fixo e natural. Isso fornece uma base teórica para questionar a visão essencialista e naturalista das normas linguísticas por parte dos adeptos da linguagem neutra ou da linguagem inclusiva.

Ao compararmos o ponto de vista de Azeredo com o de Cunha & Cintra, percebemos que a abordagem gramatical destes últimos torna a reflexão sobre linguagem neutra mais desafiadora, embora também ofereça elementos que podem ser problematizados à luz dessas questões. Em nossa interpretação, esse desafio é gerado porque Cunha e Cintra apresentam o gênero gramatical sob o prisma de uma categoria relativamente fixa e prescritiva. A identificação do gênero é orientada por critérios

como o artigo que acompanha o substantivo, sem uma discussão, por exemplo, a respeito de como a língua funciona relativamente a uma coletividade de falantes.

Azeredo também explora a flexão em gênero, reforçando a predominância do masculino como forma genérica, mas destacando o uso social e discursivo como determinantes para a escolha entre masculino e feminino. Essa perspectiva oferece uma base teórica que dialoga com os debates sobre inclusão, ao apontar que a gramática normativa descreve um sistema estável, mas não imutável.

O ponto de vista de Cunha & Cintra tende a reforçar a ideia de que o sistema de gênero é dado e estável, dificultando a abertura para mudanças, como a adoção de formas neutras (*alune, menine*) ou a flexibilização do uso do masculino como genérico. Ao apresentar a gramática como algo consolidado e normativo, limitam o poder da convenção no funcionamento linguístico.

O GÊNERO GRAMATICAL E A QUESTÃO DA LINGUAGEM NEUTRA: A VISÃO DOS LINGUISTAS

A presente seção de nosso trabalho objetiva analisar como alguns linguistas abordam o fato do gênero gramatical e, em face dessa abordagem, que espaço deixam em sua reflexão para que se coloque a problemática da linguagem neutra ou inclusiva.

Diante desse objetivo, escolhemos dois autores: o eminente linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr. e a linguista argentina María Marta García Negroni, a qual tem trabalhos publicados, especificamente, a respeito do sexismo na linguagem e da linguagem inclusiva.

J. Mattoso Câmara Jr. possui um texto intitulado *Considerações sobre o gênero em português*. Nele, há diversos elementos que nos interessa analisar. O texto assim inicia-se:

A categoria gramatical de gênero é um dos traços flexionais menos satisfatoriamente descritos em nossas gramáticas. A sua complexidade imanente desafia a técnica descritiva tradicional, já de si bastante precária.

A dificuldade não é privativa da língua portuguesa ou sequer das línguas românicas.

Está na essência dessa divisão categórica, própria das palavras que designam, tradicionalmente, como “substantivos” e se encontram nas mais variadas línguas, *urbe et orbe*, em oposição semântica, morfológica e sintática com os “verbos”. (Câmara Jr., 2004, p. 147)

O fragmento acima apresenta os três primeiros parágrafos do texto. Eles são interessantes porque, logo de início, o autor coloca em questionamento a precariedade das discussões empreendidas pelas gramáticas tradicionais acerca do gênero gramatical. Isso aponta para uma certa insuficiência descritiva a respeito desse fato de linguagem pela tradição gramatical.

Continua o linguista:

Pela categoria de gênero, faz-se nos substantivos uma classificação que depende do que podemos chamar, com Cassirer, um dado “recorte do mundo dos objetos”. O recorte é, a rigor, arbitrário, e reflete uma “visão cósmica” peculiar, para usarmos a conceituação de Humboldt. Caracteriza-o, por outro lado, a falta de lógica, no sentido científico do termo.

Como para todo o universo de noções que se consubstancia numa língua, a divisão se rege por um processo intuitivo, empírico e

apaixonado. Acresce que, como expressão formal, é uma divisão imperativa. Ficam forçados a entrar no seu quadro todos os itens lexicais da espécie dos substantivos.

No fragmento acima, encontramos a ideia da arbitrariedade, uma ideia que, como se sabe, é fundacional na linguística moderna, apesar de, no contexto do texto de Câmara Jr., não se tratar da arbitrariedade saussuriana. Essa característica reforça a ideia de que o gênero gramatical encerra menos um funcionamento puramente linguístico e mais uma expressão das sensibilidades e práticas culturais de uma comunidade. O uso de "intuitivo" e "apaixonado" aponta para a dimensão emocional e criativa na construção das categorias linguísticas, revelando um processo mais humano e subjetivo do que científico.

O linguista brasileiro cita a obra *Sobre a diversidade da estrutura das línguas humanas*, de Wilhelm von Humboldt. Esse filósofo alemão do século XIX, conhecido, juntamente com outros autores do século XIX (cf. Segatto, 2009), por ter promovido uma “virada linguística”, propôs, entre outras coisas, pensar que a linguagem é constitutiva do pensamento e do conhecimento, não sendo possível, então, conceber um pensamento constituído antes da linguagem, ou seja, um pensamento pré-linguístico (cf. Segatto, 2009).

A pesquisadora Cristina Lafont assim diz a respeito da “virada linguística” de Humboldt:

Humboldt leva a cabo uma mudança de paradigma que afeta não apenas a linguística, cujo desenvolvimento no século XX revela as consequências dessa mudança de maneira bastante clara, mas também a filosofia, para a qual a linguagem (vista como sistema de signos objetificados) nunca teve uma dimensão filosófica. Além disso, a mudança de paradigma levada a cabo por Humboldt ocorre em duas dimensões diferentes. Em sua dimensão cognitivo-semântica, essa mudança consiste em encarar a linguagem não como um mero sistema de signos, não como algo objetificável (intramundaneamente), mas como algo constitutivo da atividade de pensar, como a própria condição de possibilidade dessa atividade. A linguagem é, então, elevada a um estatuto quasi-transcendental, que reivindica contra a subjetividade a autoria das operações constitutivas da visão de mundo do sujeito (...) Em sua dimensão comunicativo-pragmática, a mudança consiste em ver esse caráter constitutivo da linguagem como o resultado de um processo ou atividade: especificamente, a atividade de falar. Nesse sentido, a linguagem se torna a garantia da intersubjetividade da comunicação, a condição de possibilidade do entendimento entre falantes (Lafont, 1999, p. 17-18 *apud* Segatto, 2009, p. 194).

A menção à "visão cósmica" de Humboldt por Mattoso Câmara Jr. sugere que a classificação dos substantivos em gêneros diz respeito a uma visão de mundo própria a cada cultura e a cada língua. E tal "visão cósmica" passa pela linguagem, sendo esta a garantia da existência de uma visão de mundo. O gênero gramatical, como parte do funcionamento da linguagem, é também um dos lugares de observação da língua enquanto resultado de um "processo intuitivo, empírico e apaixonado" (Câmara Jr., 2004, p. 147).

Vejam os outros fragmentos do texto que estamos analisando:

Há várias maneiras de assim se processar a integração de todos os substantivos da língua no seu quadro de gêneros.

Uma delas é a analogia formal. Outra é a analogia conceptual, a que chamamos metáfora e está intimamente ligada à cultura em que a língua funciona. Outra, mais fugidia, é a ampliação do gênero decorrente de certos contextos, de sorte que a escolha que, nestes, é semanticamente motivada, se torna afinal arbitrária.

É, por isso, contraproducente, no tratamento do gênero, partir de uma noção precisa e bem definida, por mais evidente que seja a sua importância na visão cósmica da língua considerada. Tal método não serve, sequer, para uma compreensão satisfatoriamente cabal do universo semântico da língua, porque a noção, assim destacada, também se pode expressar paralelamente por outros recursos. (Câmara Jr., 2004, p. 148)

O fragmento de texto acima mostra como a questão do gênero gramatical atribuído aos substantivos da língua, apesar de ser algo "imperativo", como ele mesmo diz, não é uma noção "precisa e bem definida". Ao trazer a analogia para o centro de sua reflexão, Câmara Jr. coloca em discussão algo que já dissemos em outros momentos deste texto, qual seja, o gênero não é uma dimensão imanente à língua. Ele é histórico e tem a ver com o uso que os falantes fazem da língua. A presença da analogia como explicação para a atribuição dos gêneros aos substantivos desafia, assim, uma fixidez na conceptualização desta ideia gramatical, permitindo, ainda, que se reconheça que a língua permite outros mecanismos (como construções lexicais ou sintáticas) que também desempenham papéis importantes na atribuição de gênero aos substantivos.

Em português, e generalizadamente nas línguas românicas, a divisão é binária, em masculino e feminino. Foi um dos traços marcantes da evolução neolatina a eliminação de inanimado da visão cósmica da língua. (Câmara Jr., 2004, p. 148)

Acima, temos a questão da binariedade dos gêneros - masculino e feminino - como resultante do processo de transformação das línguas latinas. A "eliminação de inanimado" refere-se à perda do gênero neutro, frequentemente associado a objetos ou entidades inanimadas no latim. Essa mudança linguística reflete uma reconfiguração do "recorte do mundo dos objetos" (para usar a expressão de Cassirer), que passou a organizar os substantivos em dois grandes grupos. Essa simplificação categórica implicou que todos os itens lexicais precisassem se adequar ao sistema binário, mesmo quando tal adequação não era intuitivamente evidente.

Diante disso, é possível pensar que a referência à "visão cósmica" da língua sugere que a classificação binária passou a ser uma maneira de a linguagem dar forma a uma expressão cultural e histórica que organiza a experiência e a percepção do mundo de uma maneira particular. A exclusão do neutro, nesse processo de transformação a que se submeteu a língua latina ao longo da história, pode ser entendida como uma escolha simbólica operada pela coletividade dos falantes, a qual prioriza certas formas de categorização em detrimento de outras.

O critério do sexo, que nunca dominou lógica e constantemente na distribuição de masculinos e femininos de qualquer língua indo-europeia provida de neutro, tornou-se ainda mais parcial, evidentemente, com a extensão do masculino e do feminino ao que, como inanimado, tinha pelo menos a possibilidade de uma classificação à parte, dentro do gênero agora desaparecido.

No quadro do gênero das línguas românicas, o critério semântico do sexo só é teoricamente aplicável aos substantivos referentes aos itens do reino animal. Aí, há, com efeito, certa correspondência entre sexo e gênero, mas muito longe de ser cabal e coerente. Foi o que teve de admitir a própria gramática tradicional, fazendo uma distinção terminológica entre gênero "natural" e gênero "gramatical" para poder levar em consideração as discrepâncias à diretriz semântica que adotou.

Ora, se o gênero mesmo para esses termos, que constituem só uma pequena porção do acervo de substantivos da língua, não coincide necessariamente com a diretriz semântica do sexo, é perturbador e contraproducente tomar essa diretriz como ponto de partida para a descrição da categoria substantiva do gênero.

A própria noção de sexo fica prejudicada em ser apresentada desse modo. É um traço semântico de importância inegável, na visão cósmica da língua; mas só fragmentariamente se expressa pela categoria gramatical do gênero. (Câmara Jr., 2004, p. 148-149)

A citação acima - um tanto extensa, é verdade - é muito importante para o que estamos procurando compreender neste trabalho, uma vez que coloca em relação a questão do gênero gramatical com a questão do sexo. Para o autor, a dimensão do sexo

não dá conta de explicar o funcionamento do gênero gramatical. Diz o autor que isso é “perturbador e contraproducente tomar essa diretriz como ponto de partida para a descrição da categoria substantiva do gênero”. Mesmo onde o gênero “natural” parece pertinente, como nos itens [lexicais] do reino animal (ex.: *gato/gata*), há exceções e ambiguidades (ex.: *jacaré*, que é masculino independentemente do sexo biológico do animal). Isso reforça a natureza pouco produtiva do critério sexual para explicar o gênero gramatical.

Mattoso Câmara Jr. propõe uma mudança metodológica na descrição do gênero gramatical em português, com o intuito de deixar de lado a confusão com o sexo enquanto princípio norteador do gênero.

Entendido como uma classificação mórfica imperativa, o gênero pode ter, ou não, implicações semântica nítidas, e quando as tem, elas são variadas e imprevisíveis. O feminino é, a rigor, um processo de particularização significativa, que está muito longe de se limitar à especificação das fêmeas no reino animal.

Nessas condições, o que convém à descrição gramatical é se concentrar no mecanismo de flexão que cria nos substantivos portugueses uma oposição de gênero.

Ela consiste, essencialmente, na utilização da vogal /a/, no seu alofone de posição átona, como índice de feminino, em oposição a uma forma, masculina, em que falta esse /a/.

O feminino é, portanto, em português, como uma particularização mórfico-semântica do masculino, uma forma marcada pela adunção da desinência /a/. Para usarmos a terminologia de Trubetskoy, trata-se de uma oposição privativa, onde uma forma marcada pela desinência de feminino se afirma em face de uma forma não-marcada, ou de desinência zero para o masculino.

Em regra as nossas gramáticas pressupõem, ao contrário, uma oposição equipolente na flexão de gênero. Aditem, em face da desinência -a de feminino -o de masculino, pelo modelo *lobo-loba*. Essa interpretação do jogo flexional não é, porém, descritivamente econômica, pois deixa de fora flexões como de *mestre-mestra* e *autor-autora*. (Câmara Jr., 2004, p. 150)

A partir da citação acima, podemos observar que Câmara Jr. destaca que o gênero não é opcional no sistema linguístico do português, mas é imperativo a todos os substantivos, independentemente de suas características semânticas.

A análise do autor utiliza, ainda, conceitos da fonologia estrutural, como o de "oposição privativa" de Trubetskoy, para descrever a relação entre os gêneros. Por “oposição privativa”, deve-se entender que “um membro da oposição carrega a marca fonética ausente no outro. Em português, enquanto a oclusiva bilabial oral ‘b’ carrega a marca de vozeamento (+ vozeada), na oclusiva bilabial ‘p’, esta marca está ausente”

(Fernandes, [s.d.], p. 3). No português, o masculino é a forma "não-marcada" (ou "zero"), enquanto o feminino é uma particularização mórfica marcada pela presença da desinência /a/. A abordagem tradicional, que postula uma oposição equipolente entre as terminações -o e -a (como em *lobo-loba*) - uma oposição “entre membros ‘logicamente equivalentes’”, em que “não é possível distinguir um membro como possuidor de uma marca que falta ao outro” (Fernandes, [s.d.], p. 3) -, não explica adequadamente casos como *mestre-mestra* ou *autor-autora*, em que o masculino não apresenta uma desinência com -o. Assim, a interpretação como oposição equipolente é considerada descritivamente problemática.

Essa análise que o linguista apresenta é interessante porque sua interpretação rompe com o binarismo com que, massivamente, é tratado o gênero gramatical em português. Entretanto, merece nossa atenção o fato de que esse sistema, tal como descrito, apresenta uma hierarquia estrutural, com o masculino ocupando a posição de base ou padrão, enquanto o feminino representa “uma particularização mórfico-semântica do masculino” (Câmara Jr., 2004, p. 150).

Mais uma vez, encontramos uma complexidade que só se resolve, pelo menos em aparência, de acordo com o ponto de vista que se adote. Por um lado, a análise permite considerarmos que, do jeito que a língua funciona, a questão da linguagem neutra já está, de certa forma, contemplada em seu sistema, uma vez que a flexibilidade gramatical em relação ao uso genérico do masculino pode ser concebida como um recurso da língua que, em tese, dispensa a criação de formas adicionais. Por outro lado, tendo em vista o que dissemos sobre a hierarquia estrutural mostrada na análise de Câmara Jr., a linguagem neutra pode ganhar terreno na questão do funcionamento dos gêneros na língua, já que essa generalização do masculino pode ser visto como um reforço de desigualdades ou apagamento de identidades específicas.

Não é simplesmente a presença de um /a/ átono final que assinala o feminino; é a sua presença em face da forma oposta, masculina, sem ela. Ainda aqui encontraremos, mais uma vez, o princípio saussuriano, fundamental, de que na língua “tudo é oposição”. O elemento linguístico não é a substância fônica, em si mesma; é a relação opositiva que por meio dela se estabelece e cria na comunicação linguística distinções formais. (Câmara Jr., 2004, p. 151)

O trecho de Câmara Jr. explora um ponto central na teoria linguística saussuriana: a linguagem é um sistema de relações e oposições, e não apenas um

conjunto de sons ou formas isoladas. No caso do gênero gramatical em português, essa oposição é particularmente evidente na relação entre o masculino e o feminino. O elemento distintivo do feminino — a vogal átona final /a/ — não tem significado por si só, mas adquire seu valor, para usarmos uma terminologia saussuriana, na medida em que se opõe a uma forma masculina que carece dessa marca.

Essa concepção de linguagem também reforça a ideia de que as categorias linguísticas, como as do gênero, não são autônomas ou intrínsecas aos elementos que as compõem, mas resultam de processos de diferenciação dentro do sistema. Isso tem implicações importantes para a compreensão da gramática e, mais especificamente, da flexão de gênero, pois destaca que as oposições não apenas descrevem, mas também estruturam a forma como nos expressamos e “recortamos o mundo dos objetos”, para retomarmos uma ideia de Cassirer, mencionada por Câmara Jr. no início do texto ora em análise.

Ademais, a reflexão de Câmara Jr. ajuda a esclarecer por que algumas formas gramaticais escapam à aparente “lógica” do sistema. É o caso de pares como *mestre/mestra* ou *autor/autora*, em que o masculino não se encerra na desinência -o, mas ainda assim segue o princípio de oposição formal ao feminino.

O princípio de que “na língua, tudo é oposição”, destacado por Câmara Jr., oferece uma chave interpretativa importante para pensar a questão da linguagem neutra. Se o gênero gramatical em português opera a partir de oposições estruturais entre formas marcadas e não-marcadas — como o feminino, identificado pela presença do /a/ átono, e o masculino, caracterizado pela ausência dessa marca —, qualquer proposta de neutralidade linguística precisaria lidar com essas oposições estruturais para se integrar ao sistema da língua.

Nessa perspectiva, propostas como o uso de formas neutras (*alune, menine*) introduzem uma nova dimensão à estrutura gramatical, sugerindo a criação de uma terceira possibilidade além das categorias binárias existentes. Isso pode ser entendido como uma tentativa de ampliar o sistema linguístico, oferecendo uma alternativa para a oposição tradicional entre masculino e feminino. Assim, uma forma neutra como -e (em *amigue, estudante*) não adquiriria seu valor linguístico por sua substância fônica, mas por sua capacidade de se opor ao masculino e ao feminino de forma distintiva e funcional no sistema. Essa proposta, no entanto, para ser bem-sucedida, precisaria ser assimilada pelo uso e ser “produtiva” na comunicação do dia a dia, para além da comunicação militante.

Não é nosso interesse explorar o texto selecionado de Câmara Jr. na sua totalidade. Por isso, julgando que nosso objetivo analítico foi alcançado com o que expusemos das ideias do autor, passaremos, a seguir, a observar como a linguista argentina María Marta García Negroni aborda a questão do gênero gramatical e a questão da linguagem neutra.

O texto de Negroni que levaremos em consideração aqui é *Sexismo en el lenguaje, lenguaje inclusivo y construcciones subjetivas* [Sexismo na linguagem, linguagem inclusiva e construções subjetivas]. Por se tratar de um texto originalmente escrito em espanhol, todos os excertos que apresentaremos estarão em português, numa tradução feita por nós. O primeiro fragmento que destacamos é o que segue:

Assim, e mesmo quando se possa afirmar que o masculino genérico ou não marcado - fortemente assentado, evidentemente, no sistema gramatical espanhol - não constitui em si mesmo a expressão de uma ideologia sexista por parte dos falantes que o empregam, é necessário reconhecer o caráter sexista de certos usos da linguagem. O objetivo deste trabalho é dar conta deles, assim como das práticas discursivas mais inclusivas que, em oposição ao binarismo estabelecido pelo gênero gramatical, põem em destaque a visibilização da mulher das outras identidades sexogenéricas. (Negroni, 2023, p. 3)

O fragmento acima aparece no texto de Negroni após a autora comentar a respeito de uma matéria jornalística do jornal argentino *La Nación*, cuja manchete, em português, era “A *Real Academia Espanhola* corrigiu Alberto Fernández por usar a palavra ‘chique’. Para que nossos leitores possam compreender o teor da notícia, é preciso esclarecer que Alberto Fernández foi presidente da Argentina entre 2019 e 2023. Além disso, “chique” seria uma versão, na linguagem neutra, de “chico/chica”, que, em português, seria “menino/menina”.

Negroni apresenta o posicionamento da Real Academia Espanhola frente ao uso que Fernández faz da linguagem neutra. Assim se manifesta a RAE: “O uso da letra ‘e’ como suposta marca de gênero é alheio ao sistema morfológico do espanhol, além de ser desnecessário, pois o masculino gramatical funciona como termo inclusivo em referência a coletivos mistos, ou em contextos genéricos ou não específicos” (*apud* Negroni, 2023, p. 2).

A autora também apresenta o posicionamento que a Academia Argentina de Letras teve frente ao ocorrido. Diz Alicia Zorrilla, da Academia, que “a ‘linguagem neutra’ não é uma linguagem, mas sim o espelho de uma posição sociopolítica que um

grupo minoritário deseja impor sem levar em conta o sistema gramatical espanhol” (*apud* Negroni, 2023, p. 3).

Como se observa, tanto a Real Academia Espanhola (RAE) quanto a Academia Argentina de Letras (AAL) defendem que o uso da linguagem neutra, particularmente o uso da desinência de gênero -e, é incompatível com o sistema gramatical estabelecido no espanhol. A RAE considera o uso da letra *e* "alheio ao sistema morfológico", enquanto a AAL caracteriza a linguagem neutra como um reflexo de posições sociopolíticas impostas por um grupo minoritário. Esses argumentos sublinham a ideia de que a língua é um sistema estruturado cuja mudança não deve ser imposta “externamente”, mas deve derivar de usos consensuais. Ambos os posicionamentos sustentam que o masculino gramatical já cumpre uma função inclusiva nos coletivos e nos contextos genéricos, reforçando que a alteração do sistema linguístico seria desnecessária. Esse argumento ecoa discussões anteriores sobre o masculino não-marcado como ponto de partida para o estudo do gênero gramatical, embora essa perspectiva esteja sendo cada vez mais questionada por movimentos que reivindicam maior visibilidade e inclusão de gêneros não-binários.

No trecho supracitado, a linguista argentina é enfática ao reconhecer que o uso do masculino genérico não configura, em si mesmo, uma posição ideológica sexista pelos falantes que o empregam. Para ela, apesar desse reconhecimento, há certos usos da linguagem que, de fato, configuram-se sexistas.

Como assinala Palanco López (2009), não se deve falar em linguagem sexista, mas sim de um uso sexista da língua. Para a autora, o sexismo está na mente das pessoas e não na língua, já que esta, por sua variedade e riqueza, oferece muitas possibilidades para descrever uma realidade e para expressar tudo o que nossa mente é capaz de imaginar. (Negróni, 2023, p. 7)

Acima, vemos que o argumento de Palanco López (2009), retomado por Negroni (2023), desloca a discussão sobre sexismo na linguagem para o campo do uso da língua, em vez de responsabilizar a estrutura da língua em si. Segundo essa perspectiva, o sexismo não é uma característica intrínseca da língua, mas sim uma manifestação das atitudes e valores dos falantes, que, ao utilizarem-na, fazem refletir desigualdades ou preconceitos.

A variedade e a riqueza da língua mencionadas por Palanco López, e endossadas por Negroni, indicam que já existem recursos linguísticos para expressar

ideias de forma não-sexista, sem recorrer a mudanças drásticas no próprio sistema flexional. Isso implica que práticas como a substituição do masculino genérico por alternativas neutras podem ser adotadas sem reformar a gramática, mas apenas ajustando os hábitos linguísticos. Essa ideia se sustenta porque o posicionamento de López enfatiza que o sexismo é uma construção cultural, refletida nas práticas sociais e linguísticas. Portanto, mudanças na linguagem dependem, antes de tudo, de mudanças nas mentalidades e nas relações sociais.

Para nós, é importante observar que essa abordagem pode ser criticada por subestimar como as estruturas linguísticas reforçam determinadas visões de mundo. Se o masculino genérico, por exemplo, é predominante em certas línguas, pode-se argumentar que ele reflete e perpetua uma visão androcêntrica, mesmo que inconscientemente. Assim, embora o uso seja central, a estrutura da língua também pode ser questionada como parte de um processo mais amplo de transformação cultural.

A linguista María Marta Negroni (2023, p. 18) afirma que “diferentemente do x, do @ ou do *, que são impronunciáveis e que, por isso, estão limitados à língua escrita, o -e tem realização fonética, por isso pode ser utilizado sem problemas nos intercâmbios orais”. Nessa perspectiva, a afirmação de Negroni destaca uma característica central da proposta de uso do -e como marcador neutro na língua espanhola (e em outras línguas românicas, como o português): sua viabilidade tanto na linguagem escrita quanto na oral. Essa característica o diferencia de alternativas como x, @, ou *, que são, essencialmente, símbolos visuais e não possuem correspondência fonética.

Contudo, apesar da viabilidade trazida pelo uso da desinência -e, a autora mostra, por meio de análises minuciosas, que não reproduziremos aqui, a dificuldade de manutenção consistente do uso da linguagem neutra ao longo de uma enunciação. Esse fenômeno, como evidenciado no discurso do ex-presidente argentino Alberto Fernández, indica que, a despeito da tentativa inicial de desdobrar os termos em masculino, feminino e neutro (chico, chica e chique), há uma recorrência ao masculino genérico em momentos subsequentes da fala (como em *postergarlo* e *frustrarlo*). Assim, a alternância entre o neutro e o masculino genérico permite-nos pensar a respeito do desafio de incorporar mudanças gramaticais em sistemas linguísticos profundamente enraizados. Embora o desdobramento inicial (masculino, feminino e neutro) demonstre uma intenção consciente de inclusão, a recorrência ao masculino genérico destaca a dificuldade prática de se implementar mudanças estruturais na oralidade.

Sobre o uso da desinência -e como marcador de gênero neutro, a linguista conclui que

Se observa, assim, que, da mesma forma que o masculino genérico, o -e também não resolve a ambiguidade entre o uso específico (masculino, num caso; não binário, no outro) e o uso genérico, no qual a mulher volta a ficar invisibilizada. Nesse sentido, a ambiguidade do masculino (como específico e como genérico) não pode ser considerada como o que “dá fundamento à origem desse processo de mudança”, como afirmam Ramírez Gelbes e Gelormini (2020, p. 37), já que também a variante em -e encerra uma ambiguidade. (Negroni, 2023, p. 22)

O que Negroni nos ensina, a partir da citação acima, é que, mesmo ao se adotar o -e como marca de neutralidade, a mulher pode continuar invisibilizada em contextos genéricos. Isso ocorre porque o -e carrega uma dupla possibilidade: pode ser interpretado como referindo-se a pessoas não-binárias (um dos exemplos que ela dá é “*une chique*” [una chica/uma menina]) ou como uma tentativa de generalização (o exemplo que ela dá é “*le españole medie*” [los españoles medios/os espanhóis médios]). Essa ambiguidade faz com que o objetivo de visibilizar todos os gêneros, incluindo o feminino, não seja plenamente alcançado.

Dessa forma, tal como o masculino genérico não é completamente inclusivo, o uso do -e também não escapa da complexidade de funcionar como marcador genérico e específico simultaneamente. Essa sobreposição de funções mantém um problema estrutural, independentemente de qual seja a forma escolhida. Em outras palavras, a introdução do -e não elimina essa ambiguidade, mas a desloca para outro ponto do sistema linguístico. Isso sugere que o desafio da inclusão vai além de mudanças morfológicas pontuais e envolve uma transformação mais ampla no funcionamento da língua e nos hábitos dos falantes.

Uma alternativa - já que não se pode falar em “solução para o problema” - é evitar o que Negroni chama de “usos sexistas da linguagem”. Como ela mesma já afirmou em outro momento, o problema não está, necessariamente, no uso do masculino genérico, mas sim nesses usos sexistas. Como exemplo, a autora menciona a assimetria semântica que há em certos usos, como “Juan es un **zorro**” e “Juana es una **zorra**”, nos quais “zorro” [raposa], no masculino, designa um homem inteligente e “zorra”, no feminino, designa uma mulher promíscua. Podemos pensar nessa assimetria semântica em português em vários momentos, como em “João é um **vagabundo**” e “Joana é uma

vagabunda". No masculino, apesar de ter um sentido negativo, "vagabundo" designa homens que não trabalham, preguiçosos ou desocupados; no feminino, um sentido ainda mais negativo aparece, estando relacionado à designação de uma mulher promíscua.

Finalmente, a autora apresenta algumas recomendações para que se evite certos usos sexistas da linguagem. Uma delas é o *desdobramento lexical*, que consiste em usar formas coordenadas de substantivos para incluir explicitamente os dois gêneros, como em "os deputados e as deputadas" ou "todos os escritores e escritoras". Essa estratégia é alvo de críticas, especialmente por instituições como a Real Academia Espanhola (RAE), a qual argumenta que "a atual tendência ao desdobramento indiscriminado do substantivo em sua forma masculino e feminina vai contra o princípio da economia da linguagem e se funda em razões extralinguísticas. Portanto, devem ser evitados (...)" (*apud* Cosas, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia se propôs a contribuir com o debate acerca da utilização da linguagem neutra a partir do que dizem os gramáticos e linguistas sobre a flexão de gênero gramatical. Diante do exposto ao longo do trabalho, foi possível observar que os gramáticos aqui selecionados, Azeredo (2014) e Cunha & Cintra (2017), trazem em seus estudos abordagens que reforçam que, na língua portuguesa, já existem mecanismos para indicar a neutralidade de gênero. Como já citado anteriormente, eles prescrevem essa neutralidade, com enfoque na flexão dos substantivos, com a utilização do gênero masculino como sendo generalizante em casos em que o falante queira se referir a um grupo formado por homens e mulheres, pois assumem, nessa perspectiva, a existência de apenas dois gêneros: o feminino e o masculino.

Azeredo (2014) traduz o entendimento sobre o gênero gramatical, estabelecendo que a classe dos substantivos é dividida em dois grupos, sendo a dos nomes masculinos e a dos nomes femininos. No entanto, em sua definição sobre o que é gênero, o autor traz uma importante reflexão sobre esse conceito, pois, segundo ele, apesar de grande parte dos gêneros dos substantivos demonstrarem certa estabilidade histórica, sendo fixado pelo uso do falante, ainda há aqueles que mudaram ao longo do tempo. Essa proposição sugere que a distribuição do gênero também pode ser compreendida como uma convenção estabelecida historicamente, reconhecendo aqui o caráter “vivo” e mutável da língua, possibilitando considerar propostas de inclusão de formas neutras, como *alune* ou *menine*.

No campo da linguística, Câmara Jr. (2004), um dos estudiosos aqui selecionados para a nossa análise, discorre sobre a insuficiência de estudos sobre o papel do gênero gramatical nos compêndios normativos, o que, de certa forma, contribui para uma certa limitação das discussões sobre esse aspecto da linguagem. O linguista ressalta que o gênero gramatical dos substantivos segue a cultura e as particularidades existentes em cada língua, traduzindo, durante o uso dessas línguas, a visão de mundo desses falantes. Partindo desse ponto, é notável que aqui, nesse aspecto, Câmara Jr. considera que a atribuição dos gêneros em cada língua não se resume apenas à convenção, mas também aos usos que esse falante faz da língua. O autor ainda destaca um dos elementos da teoria saussuriana, o que estabelece que a língua é resultado de um sistema de relações e oposições e, especificamente, a marcação do gênero seria um

exemplo desse sistema opositivo, no qual o feminino apontado pela vogal átona final -a se opõe à forma masculina que não demanda essa marca.

Em relação a esse sistema opositivo da língua trazido por Câmara Jr., se pensarmos que o gênero feminino é o oposto do gênero masculino, a marcação do gênero neutro, seguindo esse critério, deveria indicar a oposição a esses dois elementos e não ser representado a partir de um deles.

As ponderações de Negroni (2023) são bastante relevantes, uma vez que a linguista em questão se debruça sobre o sexismo na linguagem. Ela analisa um evento específico no qual o então presidente da Argentina Alberto Fernández é criticado negativamente por fazer uso da palavra “chique”, que seria a versão neutra do masculino “chico” e do feminino “chica”.

A estudiosa faz uma análise sobre as declarações de duas instituições: a Real Academia Espanhola (RAE) e a Academia Argentina de Letras (AAL), as quais representam as regras e normas do espanhol. Ambas instituições advogam pela não necessidade de se utilizar o que se denomina por linguagem neutra, pois essas seriam reivindicações sociais de grupos minoritários. Nesse aspecto, no que diz respeito à demarcação do gênero neutro, assim como também é prescrito nas gramáticas brasileiras, esse papel já é atribuído ao gênero masculino, no qual mais uma vez, a justificativa é de que o masculino é o gênero não marcado.

Ao citar Palanco López (2009), Negroni (2023) traz um outro ponto bastante significativo em seu texto, que é a proposição de que a linguagem não apresenta um caráter sexista intrinsecamente, mas sim que o que faz essa linguagem sexista é a forma como o falante faz uso dela, quando reproduzem crenças, valores, preconceitos, desigualdades. Ela também argumenta no sentido de que já existem formas de se produzir enunciados que não tenham valor sexista, sem que seja necessário realizar mudanças no sistema flexional da língua espanhola, segundo ela, basta que haja mudanças nas mentalidades e nas relações sociais.

Não se pode perder de vista que, apesar de haver outros mecanismos de não reproduzir uma linguagem sexista, a própria estrutura de uma língua pode refletir e perpetuar, como já citado anteriormente, uma visão de mundo carregada de valores que podem reforçar sentidos hegemônicos e patriarcais de uma sociedade conservadora. Apesar de trazer a responsabilidade de não utilizar uma linguagem sexista para o falante, a linguista María Marta Negroni (2023) reconhece que a utilização do -e para indicar a neutralização do gênero nas línguas românicas é válida, já que, diferentemente

dos símbolos @, x ou *, que são impronunciáveis, o emprego do -e apresenta realização fonética, possibilitando sua viabilidade tanto na linguagem escrita quanto na oral.

Após a realização das análises e do percurso rapidamente sintetizado acima, ficou-nos claro aquilo que Michel Bréal e Ferdinand de Saussure já anunciavam no final do século XIX e início do XX, o de que o funcionamento linguístico é histórico, no sentido de que é constituído pelos usos que os falantes fazem - e fizeram - da língua, e é puramente convencional, não havendo, assim, nada de essencial na língua. Dessa forma, aprendemos com Saussure, principalmente, que é por causa da convencionalidade que a língua pode permanecer tal como ela é ou que ela pode mudar.

Com isso, no que tange à linguagem neutra, pensamos que, do ponto de vista linguístico, a desinência -e só “entrará” na língua, isto é, passará a ter um uso abrangente e generalizado no funcionamento do português, a partir do momento em que a coletividade dos falantes assim o convencionar. É preciso mencionar, inclusive, que essa coletividade precisa ser igualmente abrangente e generalizada - portanto, muito maior que o número de militantes das causas do gênero biológico e da sexualidade - para que um fato de linguagem se imponha frente a outros já existentes.

Além disso, aprendemos com Michel Bréal e Michel Pêcheux, cada um em seu domínio teórico-epistemológico, que o funcionamento da linguagem é estruturado por “uma vontade obscura, mas perseverante” (Bréal, 2008, p. 19) e pelo esquecimento (cf. Pêcheux, 2009). A partir desses autores, há a hipótese de que a desinência -e poderá entrar no funcionamento do português apenas quando as causas militantes forem afetadas pelo esquecimento, ou seja, quando as causas militantes forem “esquecidas” (informação verbal)².

Finalmente, nos estudos linguísticos, especificamente, é importante desfazermos a sinonímia, criada em campos alheios à linguística, entre “gênero gramatical” e “gênero biológico”. Apesar da identidade existente entre os significantes (*g-ê-n-e-r-o*), um elemento linguístico - um signo, nas palavras de Saussure - não é composto apenas de significante. Isso quer dizer que, somente em aparência, os usos de “gênero” são sinônimos. Considerando, então, que não há um recobrimento do gênero gramatical pelo gênero biológico, os estudos linguísticos colocam em cena uma cautela necessária

² Esta hipótese foi inicialmente lançada pelo Prof. Dr. Gabriel Leopoldino dos Santos, orientador deste trabalho, em sua disciplina “Linguagem e significação” do curso de Pós-graduação em Ensino de Línguas e Literaturas (IFSP-Hortolândia).

nas questões relacionadas ao sexismo na linguagem e às pautas da linguagem neutra. Senão na linguística, a que outra área do conhecimento caberá tal cautela?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2014.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2008.

CAÊ, G. **Manual para o uso da Linguagem neutra em Língua Portuguesa**. 2020. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf>. Acesso em 05 dez 2024.

COSAS. **La rotunda postura de la RAE sobre el lenguaje inclusivo**. Disponível em: <https://cosas.pe/cultura/324606/la-rotunda-postura-de-la-rae-sobre-el-lenguaje-inclusivo/#:~:text=%E2%80%9CLa%20actual%20tendencia%20al%20desdoblamiento,%E2%80%9D%2C%20se%20B1ala%20la%20RAE>. Acesso em: 8 dez. 2024.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Sobre teoria e método em semântica da enunciação. **Línguas & instrumentos linguísticos**. Campinas, v.26, n. 51, p. 116-134, jan./jul.2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8671816/32205> - Acesso em: 15 ago 2023

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2002.

FERNANDES, Flaviane Romani. **Uma breve reflexão sobre o sistema de traços distintivos**. Instituto de Estudos da Linguagem. Disponível em <https://www2.iel.unicamp.br/webdocs/iel/site/alunos/publicacoes/textos/b00007.pdf>.

MENEZES, Tássia. Linguagem Neutra e não binariedade: Entre polêmicas, a busca pela inclusão na fala tem como objetivo inserir e acolher determinados grupos. **Conexão UFRJ**, Rio de Janeiro, 19 jul. 2010. Sociedade. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2023/07/linguagem-neutra-e-nao-binariiedade/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NEGRONI, María Marta García. Sexismo en el lenguaje, lenguaje inclusivo y construcciones subjetivas. **Comunicación, cultura y política**, Bogotá, v. 14, edição especial, 2023.

PÊCHEUX, Michal. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SEGATTO, Antonio Ianni. Sobre pensamento e linguagem Wilhelm von Humboldt. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 32(1), p. 193-198, 2009.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.